



Comitê de Priorização do Primeiro Grau
Ata de Reunião Ordinária

Data: 10.02.17

Local: Sala 506-B

Presenças:

Membros titulares: Juízes do Trabalho Andréa Saint Pastous Nocchi, Raquel Hochmann de Freitas e Tiago Mallmann Sulzbach e os servidores Aldo da Silva Jardim e Ruy Bittencourt de Almeida Neto

Membros suplentes: Juíza do Trabalho Ana Julia Fazenda Nunes e os servidores Leandro Ribeiro Rucks e Luiz Eduardo de Freitas

Representante AMATRA IV: Juíza do Trabalho Carolina Hostyn Gralha Beck

Representante SINTRAJUFE-RS: Cristiano Bernardino Moreira

Secretária: Tatiana Duarte Pina (AGE)

Hora de início: 14h

Hora de término: 15h45min

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de 2017, às 14 horas, na sala 506-B do prédio-sede do TRT4, ocorreu reunião ordinária do Comitê de Priorização do Primeiro Grau, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi conduzida pela Exma. Juíza Auxiliar da Presidência, Andréa Saint Pastous Nocchi, conforme relato que segue: a Dra. Andréa iniciou a reunião **solicitando que a Assessoria de Gestão Estratégica inclua as datas agendadas para as próximas reuniões no Google Agenda. O Comitê deliberou pelo envio de mensagem a magistrados e servidores informando a nova composição e abrindo espaço para o envio de sugestões para atuação. A minuta de texto será elaborada pela Dra. Andréa e analisada pelo Comitê na próxima reunião.** Na sequência, submeteu à análise do Comitê a consulta efetuada pela Assessoria de Gestão Estratégica a respeito da manutenção da página do Comitê, no Portal VOX. **O Comitê decidiu pela manutenção da página, cuja atualização é responsabilidade da AGE e sugeriu a inclusão de campo para**

Apoio e Documentação: Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais

E-mail: age@trt4.jus.br

Telefone: (51)3255-2265

Documento validado eletronicamente

envio de comentários/sugestões, de modo que seja aberto um canal de comunicação constante com magistrados e servidores. A AGE consultará a SETIC sobre a viabilidade de inclusão desta ferramenta. Em caso positivo, fica deliberado desde já que toda mensagem recebida por esse canal será enviada aos integrantes por e-mail e terá resposta inicial automática informando que o assunto/sugestão será encaminhado aos integrantes do Comitê. A Dra. Andréa informou que analisou as sugestões de atuação recebidas no ano passado. Disse que existe confusão sobre as atribuições do Comitê e muitas sugestões recebidas não fazem parte do rol de atribuições. Informou que várias já estão superadas e submeteu à apreciação do Comitê os encaminhamentos das sugestões remanescentes, conforme descrito a seguir:

- Sugestão do Juiz do Trabalho Gustavo Fontoura Vieira: *“Uso Predatório da Justiça. Criação de Comissão para Diagnóstico, Monitoramento, estudos, pesquisas e providências institucionais sobre o uso predatório da justiça. Marketing negativo. Listas de grandes litigantes e grandes devedores. Medidas administrativas e jurídicas em conjunto com o MPT, MPF, MTE.”*. O Comitê entende que se trata de tema relevante para atuação, o qual será objeto de pauta futura. **O magistrado será informado da decisão do Comitê. A resposta será elaborada pela Dra. Andréa;**
- Sugestão do Juiz do Trabalho Rafael da Silva Marques: criação de um *site* da Justiça do Trabalho de primeiro grau: **O Comitê deliberou pelo não-acolhimento da sugestão. A resposta ao magistrado será elaborada pela Dra. Andréa;**
- Sugestão do servidor Paulo Cezar Jacoby dos Santos: adoção de política de substituição para os servidores que se afastam em razão de licenças por longo período. **O Comitê entende que se trata de questão fundamental, deliberando pelo seu envio à Presidência, para que essa prática seja permanente. O servidor será avisado do acolhimento da sua sugestão.**

A seguir, passou-se ao debate de sugestões formuladas pelos integrantes presentes:

- **redução do horário de atendimento externo:** o expediente contendo a proposta formulada pelo Comitê de redução do horário de atendimento (PA nº 0007857-42.2015.5.04.0000) foi arquivado por conta da redução ocorrida no ano passado, decorrente do corte orçamentário sofrido pela Justiça do Trabalho. O Comitê debateu o assunto e deliberou que, considerando que as razões do arquivamento são diversas à natureza do requerimento, a discussão será retomada para formulação de nova proposta. **A Assessoria de Gestão Estratégica encaminhará aos integrantes cópia do expediente arquivado, que contém todo o material elaborado para a formulação daquela proposta;**
- **criação de salas de audiências adicionais e alteração no *layout* das secretarias das varas do trabalho:** O Comitê entende necessário a criação de mais uma sala de audiência para as varas do trabalho, de modo a possibilitar o agendamento de pautas duplas ou, na impossibilidade de uma para cada unidade, a criação de salas adicionais, a serem utilizadas mediante sistema de rodízio. Entende oportuno, também, a alteração no *layout* das secretarias das varas, de modo que os servidores não fiquem tão expostos à entrada e saída de público dentro das unidades, permitindo maior concentração para o trabalho no PJe-JT. A Dra. Andréa pontuou que quaisquer alterações dependerão de disponibilidade orçamentária. **O Comitê debateu as sugestões e deliberou, por maioria, pelo aprofundamento do estudo de uma proposta de alteração do *layout* das varas do trabalho, com o objetivo de atender melhor as demandas de saúde, meio ambiente e necessidades advindas da implantação do processo eletrônico.** Registra-se que é de conhecimento dos integrantes do Comitê autorizações pontuais de alterações de *layout* de varas do trabalho, especialmente ampliação dos gabinetes de Juízes. **Delibera,**

também, pelo convite ao Diretor da Secretaria de Manutenção e Projetos, Sandro Schiavon, para participar de reunião e prestar informações técnicas sobre as propostas. Também será feito pedido formal de elaboração de estudo técnico que aponte a viabilidade imediata de criação de mais salas de audiências nos prédios I e II do Foro Trabalhista.

Leandro sugeriu que o atendimento ao público seja direcionado à Central de Atendimento ao Público. Ruy defendeu que os desdobramentos de quaisquer medidas nesse sentido sejam debatidas com mais profundidade pelo Comitê, porque envolvem questões de assédio e saúde. Leandro respondeu que o processo eletrônico traz um novo paradigma e implica na criação de nova metodologia de trabalho. O Dr. Tiago disse que o problema é o trabalho em dois sistemas distintos: processos físicos e eletrônicos. Isso reflete negativamente em todo o trabalho. Ruy afirmou que falta na Instituição um método de organização do trabalho, o que causa problemas de saúde em servidores, o que foi verificado na pesquisa sobre saúde realizada pelo SINTRAJUFES-RS, cujo resultado está sendo finalizado. **O resultado será enviado à Administração do Tribunal e ao Comitê.** A Dra. Andréa informou que existe um manual de trabalho para as varas do trabalho, cuja criação foi parte de um projeto que contou com a participação de vários Diretores de Secretaria e cujo objetivo foi compilar as melhores práticas existentes, sugerindo um modelo de trabalho que fosse acessível a todos os gestores e que contemplasse as particularidades de entendimento dos magistrados. Leandro disse que buscou auxílio no manual para uma situação concreta, mas o conteúdo do manual não foi suficiente. A Dra. Andréa respondeu que esse manual foi construído coletivamente com o compromisso de ser constantemente atualizado pelos usuários e que eventuais críticas e/ou sugestões devem ser informadas à Corregedoria. Relatou que a Corregedoria está realizando um projeto de *ranking* das varas do trabalho, com o objetivo de fazer um diagnóstico daquelas com o trabalho em dia e das que não estão, de

modo a identificar boas práticas de gestão. Em relação ao tema da saúde, a **Dra. Andréa** sugeriu requerer à Presidência o resultado da pesquisa interna sobre saúde realizada pela servidora Adriana Pooli. O Comitê concordou com a sugestão. A Assessoria de Gestão Estratégica formulará o requerimento à Presidência e o resultado da pesquisa será analisado conjuntamente com os da pesquisa realizada pelo Sindicato, em reunião específica, cuja pauta tratará do tema saúde. Ruy informou que o Sindicato requereu à Administração do Tribunal a instituição de pausas de dez minutos a cada cinquenta trabalhadores. A **Dra. Andréa** solicitou o envio do requerimento do e-mail para análise do Comitê. Ruy informou, também, que o Sindicato requereu a instituição de jornada de seis horas para os servidores. Propôs a instituição de um projeto-piloto para aferir os resultados em relação a aumento de produtividade com a redução da jornada. A **Dra. Andréa** informou que essa demanda está pendente de decisão da Presidente. Cristiano informou que o requerimento também foi realizado no âmbito do Comitê de Atenção Integral à Saúde. **O Comitê conversará sobre o tema com os integrantes da Administração.** A seguir, a **Dra. Andréa** apresentou dados sobre as nomeações de servidores ocorrida no ano passado. A partir da autorização para nomeações, o que ocorreu no segundo semestre, foram nomeados 145 servidores, sendo 128 para a área judiciária de primeiro grau, 07 para a área judiciária do segundo grau e 10 para a área administrativa. Disse que os dados demonstram a diretriz desta Administração de priorização do primeiro grau. Relatou a criação da Comissão de Movimentação de Servidores, cujo objetivo é subsidiar a Administração na tomada de decisões sobre pedidos de licenças e remoções e que é diretriz da Comissão a priorização de pedidos que beneficiem o primeiro grau. Leandro questionou sobre a destinação de FCs para o primeiro grau, que são em número reduzido. A **Dra. Andréa** respondeu que a distribuição de funções é objeto de estudo da Resolução CNJ nº 219/2016, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em confiança e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de

primeiro e segundo graus. **Informou que um estudo preliminar já foi elaborado e está na Presidência para análise e será oportunamente enviado ao Comitê.** Relatou que a transformação de FCs de setores administrativos e da área judiciária de segundo grau estavam sendo realizadas, mas a decisão liminar do CSJT em ação proposta pelo Sindicato contra a implementação da função de assistente de execução nas unidades do primeiro grau suspendeu esse movimento, até a decisão de mérito. Relatou, também, a existência de várias demandas de destinação de cargos e funções ao segundo grau, que também estão suspensas pelo mesmo motivo, citando como exemplo a proposta de unificação das secretarias das Turmas Julgadoras com o objetivo de ampliação da lotação dos gabinetes de Desembargadores. Em continuidade à reunião, o Comitê analisou a sugestão da Dra. Ana Julia da possibilidade de inclusão de regra nos próximos concursos para que servidores atualmente ocupantes do cargo de técnico judiciário que sejam aprovados em concurso para o cargo de analista tenham a possibilidade de continuar na sua lotação dentro do Tribunal, o que possibilitaria a continuação do trabalho desenvolvido pelo servidor, além de evitar transtornos na sua vida particular, tendo em vista que muitas nomeações ocorrem para localidades distantes e trazem como consequência mudança em toda a vida daquele servidor. **O Comitê deliberou pela consulta ao diretor da Secretaria de Pessoas sobre a possibilidade de atendimento da sugestão apresentada.** A Dra. Ana Julia sugeriu também, a discussão sobre a ampliação do JACEP, especificamente do Núcleo de Pesquisa Patrimonial, que presta importante apoio às unidades judiciárias. A Dra. Andréa relatou que o JACEP atuava em processos arquivados com dívida e agora atua em processos em tramitação. A ampliação do setor fica prejudicada pela impossibilidade de nomeação de servidores para ampliação do quadro. Disse que estão sendo desenvolvidas ferramentas de tecnologia para auxiliar o trabalho naquele setor. Leandro defendeu a ampliação do núcleo de execução, com a utilização de ferramentas especializadas, o que contribuiria para que o Tribunal atinja as metas impostas por Conselhos

Superiores. Sugeriu a utilização de servidores atualmente lotados no setor de Protocolo, em razão da queda da demanda de trabalho daquele setor em função do processo eletrônico. A Dra. Andréa explicou que, a partir do mês de março, haverá um trabalho de ressignificação dos servidores lotados no Protocolo, para que, se assim desejarem, sejam capacitados para trabalhar em outros setores do Tribunal. Já é consenso da Administração que a atual estrutura daquele setor deverá ser reduzida. Luiz Eduardo sugeriu que os cargos do Protocolo (e não necessariamente os servidores), quando disponíveis, sejam realocados no JACEP. Ruy requereu que a destinação de servidores do Protocolo seja realizada mediante estudo mais aprofundado diante das várias carências dentro do Tribunal. A Dra. Andréa disse que várias sugestões apresentadas já são tratadas pela Administração e que o corte orçamentário sofrido no ano passado impossibilitou a implementação de diversas medidas. Disse que a Administração está buscando alternativas. **Ao final da reunião, ficou estabelecido que a reunião agendada para o mês de março terá como pauta o horário de atendimento e na reunião do mês de abril serão tratadas questões atinentes à saúde. As próximas reuniões estão agendadas para os dias 03 de março, 07 de abril, 05 de maio e 02 de junho, sempre às 14h, na sala 506-B. Eventuais alterações serão previamente informadas.** Reunião encerrada às 15h45min. Ata redigida pela servidora Tatiana Duarte Pina, Assistente, lotada na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e enviada eletronicamente para validação~~~~~